

DA SOCIOLOGIA NO SÉCULO XXI: uma reflexão sobre Ciência, senso comum e métodos de análise

Simone Braghin¹

RESUMO: Este ensaio tem como objetivo dissertar sobre o papel da sociologia nas sociedades contemporâneas. Para tanto, realizamos uma reflexão sobre a noção de ciências humanas e da sociologia, bem como seu contexto de surgimento e dissociação com o pensamento social intitulado como “senso comum”. Refletimos sobre a aproximação e dissociação do pensamento sociológico do ato de fazer política, apontando para as nuances e diferenciações entre esses dois campos de atuação. Na sequência, descrevemos os principais métodos da sociologia que distinguiram e delimitaram as bases dessa ciência. Concluímos nosso ensaio com uma reflexão sobre a importância da sociologia para a compreensão das sociedades no século XXI.

Palavras-chave: Sociologia, Métodos, Senso Comum.

ABSTRACT: This essay aims to discuss the role of sociology in contemporary societies. To do so, we reflect on the notion of human sciences and sociology, as well as its context of emergence and dissociation with social thinking called "common sense". We reflect on the approximation and dissociation of sociological thinking from the act of doing politics, pointing to the shades and differentiations between these two fields of action. In the sequence, we describe the main methods of sociology that distinguished and delimited the bases of this science. We conclude our essay with a reflection on the importance of sociology for the understanding of societies in the 21st century.

Keywords: Sociology, Methods, Common sense.

O meu intento não é ensinar aqui o método que cada qual deve seguir para bem conduzir a sua razão, mas somente mostrar de que maneira procurei conduzir a minha.

René Descartes

INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é dissertar sobre o que é sociologia no século XXI, buscando realizar uma reflexão acerca da noção de ciência e sua distinção das outras formas de conhecimento ordinais, nomeadas de “senso comum”; e refletir sobre os contextos do surgimento dessa ciência e sua necessidade latente nas sociedades contemporâneas como um campo de saber necessário para a superação de problemas sociais derivados dos

¹ Mestre em Sociologia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Universidade Federal de São Carlos. E-mail: sim3br@gmail.com

processos de desenvolvimento social e capitalista no século XXI. Para isso, nosso ensaio está disposto em quatro seções. Na primeira, discutimos a separação do pensamento científico das demais formas de pensamento, dando ênfase à ideia de pensamento vulgar, i. e., “senso comum”. Na sequência, discutimos o surgimento da sociologia e seu papel enquanto ciência, distanciando-a de uma ação política institucionalizada. Na terceira seção, desenvolvemos as discussões anteriores dando ênfase para os métodos sociológicos clássicos. Por fim, nossas conclusões caminham apontando a importância da sociologia no desenvolvimento das sociedades contemporâneas no século XXI fazendo alusão a alguns de seus novos desafios.

CIÊNCIA E SENSO COMUM

O que é Sociologia? E qual a diferença entre ela e o pensamento ordinal, presente em todas as relações, em todas as sociedades? Até que ponto ela e o “senso comum” divergem? Essas questões serão discutidas nesta seção. É importante entendermos que a sociologia é uma ciência dentro das chamadas ciências humanas. Evidente que há um imbróglio terminológico que nos confunde. Uma ciência dentro das ciências? Como assim? Bem, vamos por partes. As conhecidas “ciências humanas” são um conjunto de disciplinas, de saberes específicos que dão ênfase para o “conhecimento” humano – diferenciando-se daquelas ciências (conhecimentos) biológicos ou matemáticos (respectivamente, ciências biológicas e ciências exatas). Nesse sentido, quando falamos de “ciências humanas”, o termo “ciência” é utilizado como sinônimo de “conhecimento/saber”. Então, o que significa dizer que a sociologia é “uma ciência dentro das ciências” é dizer que, dentro da vasta gama de campos de saber das ciências humanas existe um que possui um caráter diferenciado, científico, oriundo de uma forma de observar e analisar seu objeto com rigores de outras áreas de conhecimento – como os estudos de laboratório (biológicos) e métodos matemáticos.

Em síntese, podemos definir as *ciências sociais* como campo de atuação científica que debruça o olhar para questões de cunho social de modo sistemático, seguindo parâmetros específicos de análise e validação da observação. Ela se subdivide em três

campos de observação macrológicos: a Antropologia, a Ciência Política e a Sociologia. A Sociologia como subproduto desta ciência social, pode ser definida como “o estudo da vida e do comportamento social, sobretudo em relação aos sistemas sociais, como eles funcionam, como mudam, as consequências que produzem e sua relação complexa com a vida de indivíduos.” (JOHNSON, 1997, p. 217). Mas, até que ponto a Sociologia e o “senso comum” divergem? Para respondermos a essa indagação precisamos primeiro ampliar nosso entendimento do que chamamos de “senso comum”. O *senso comum* pode ser definido como um conjunto de saberes difusos oriundos das sociedades humanas e que são frutos de conhecimentos pretéritos e cumulativos entre gerações e/ou grupos, desvinculado de estudos e metodologias de observação e análise do cotidiano; é um *sentir generalizado* que delimita juízos de valor acerca de como as coisas são, estão e se dão.

Ele é um *sentir generalizado* por ser um elemento socialmente compartilhado entre os indivíduos. Contudo, cada um sente e compreende segundo sua experiência de vida – conhecimento que se adquire com a prática cotidiana da vida. Nesse sentido, o conhecimento comum difere do conhecimento científico segundo a forma como cada é produzido. Em suma, *senso comum* é o “conhecimento comum” adquirido pela experiência de vida e pela transmissão de valores. Há diversas formas de conhecimentos comuns nem uma sociedade. O conhecimento familiar, tribal, religioso, filosófico, etc. Cada um possui uma lógica explicativa sobre os mais diversos fenômenos da natureza e da vida humana. Evidente que, com o surgimento das ciências sociais, as demais formas de conhecimento derivadas da experiência ou de sistemas lógicos de pensamento não desapareceram.

Nos dias atuais podemos observar na internet um vasto número de *sites* exotéricos explicando como é a personalidade de cada indivíduo segundo o seu horóscopo, por exemplo. Certos conhecimentos populares são sustentados até os dias vigentes por um sistema de crenças e valores que auxiliam na explicação da realidade social. Uma importante forma de orientação e compreensão da vida é o conhecimento religioso – que estabelece um conjunto ético e moral que promovem certa ordem social. Evidente que essa ordem é calcada em valores dogmáticos e que muitos foram colocados em xeque com o desenvolver da ciência e da capacidade reflexiva da humanidade. Um exemplo disso é a descoberta copernicana defendida por Galileu Galilei sobre a rotação da terra em torno ao

sol. A disputa de conhecimento e a ruptura de paradigmas explicativos pelos dogmas religiosos – como esse – causaram um fenômeno de incompreensão e incertezas acerca do que é e como é o mundo e o cosmo: o que representa uma nova forma de pensar Deus e a humanidade.

De qualquer modo, o senso comum é um elemento prático que orienta nossas ações no cotidiano. Afinal, não realizamos reflexões profundas no nosso cotidiano enquanto decidimos sobre questões tão salutares do dia a dia. A experiência de vida é um dos elementos mais importantes para o desenvolvimento social e individual. Fazendo uma analogia às ciências climáticas, não precisamos de cientistas para nos dizer que “se há chuva e vento no inverno, então fará frio”. A experiência comum é um dos elementos que constituem e arranjam o próprio conhecimento científico. Evidente que a ciência muitas vezes corrobora para nosso entendimento sobre o clima e os mais diversos fenômenos, inclusive sociais. Mas, o seu interesse, portanto, não está em dizer se fará frio ou não. Ele repousa em investigar e explicar as *causas* e *consequências* dos fenômenos que ocorrem.

A grande divergência entre ciência e senso comum está no fato de que este aceita a realidade sem questionamentos que a coloquem à prova. Já aquela é desenvolvida com base em análises e observações dotadas de alto rigor metodológico. Cabe dizer que há diversas vertentes que colocam o senso comum como um conhecimento vulgar, parcial e irracional da realidade; e que valorizam a ciência como um conhecimento superior, neutro e racional. O conceito de senso comum tem origem no iluminismo (XVII – XVIII), e teve como objetivo político a superação do antigo regime absolutista (XV – XVIII). Uma vez superado o antigo regime, este conceito é desvalorizado e se torna sinônimo de um conhecimento superficial e ilusório. E é contra essa forma de conhecimento que nascem as ciências sociais (SANTOS, 1989, p. 37).

Como aponta o mesmo autor, este rompimento epistêmico foi um processo necessário para a criação de uma nova forma de se pensar os fenômenos sociais. Contudo, nem todas as correntes teóricas romperam com o pensamento ordinal. Ao contrário, muitas utilizam dele até os dias atuais como ponto de início de todas as ciências. Portanto, esta oposição entre ciência e senso comum não faz tanto sentido como fizera durante o processo de estabelecimento das ciências sociais. Em determinado momento do avanço das

ciências no século XX, elas perceberam a necessidade de se romper com a ruptura epistemológica, dado que elas também se viram dotadas de diversos juízos de valor, preconceitos e pré-concepções vazias. Nesse sentido, observamos que o senso comum é uma ferramenta para o desenvolvimento científico e não um par oposto, um inimigo a ser combatido pelas ciências sociais. Tudo está em desenvolvimento, e necessita de formas de experimentação e de prática. As ciências – sejam elas sociais, biológicas ou matemáticas – não fogem à regra.

“SOCIOLOGIA” E POLÍTICA: DUAS VOCAÇÕES

Um ponto interessante sobre o desenvolvimento das ciências sociais, em particular a Sociologia, é entender a diferenciação que se dá entre ela e a política. Fazendo alusão à obra de Max Weber, *Ciência e Política: duas vocações* (1919), nesta seção discutiremos o surgimento da Sociologia e, na sequência, faremos uma breve discussão sobre os motivos pelo qual a mesma se distancia da *práxis* política. Com isso, buscamos colocar em evidência a importância da separação entre ciência e política, ou melhor, entre sociologia e a prática partidária. O nascimento da Sociologia pode ser datado em 1839, na obra *Curso de Filosofia Positiva*, de Auguste Comte, onde este pensador cunha pela primeira vez o termo “sociologia” para tratar de uma produção específica de conhecimento social positivo: a “física social”. Como ele descrevia, esta se basearia nos métodos científicos de ciências positivas já consolidadas (como a matemática, física e biologia) para observar, analisar e explicar os fenômenos sociais de modo desprendida das explicações já existentes, como a explicação religiosa – muito comum naquele período.

Nesse sentido, a “física social” enquanto uma ciência positiva teria como função organizar a ordem social. É necessário contextualizarmos esse período em que Comte se insere. A sociedade europeia, em particular a francesa, passa por um período de desordem, oriundo dos processos de consolidação do sistema capitalista (revolução industrial, século XVIII), e da Revolução Francesa (1789). De qualquer forma, a visão comtiana de uma física social não foi aplicada, permanecendo como uma ideia até 1895, quando Émile Durkheim, em *As regras do método sociológico*, retomando o trabalho de Comte, e estabelecendo um

conjunto de normas e técnicas de pesquisa e análise específicas da sociologia. Com isso, esta deixa de ser apenas uma ideia e ganha o *status* de ciência. A pergunta a se fazer a seguir é: se a sociologia é uma ciência social específica e que se diferencia das demais (biológicas, matemáticas), então, qual é seu objeto de estudos? Para Durkheim, o que torna a sociologia tão especial e cara para as sociedades modernas é que ela é a única ciência moderna que estuda os problemas de ordem social.

Quais são os fenômenos que agravam as taxas de alcoolismo, de suicídio, de crimes? Bem, tratar essas questões não como uma expressão de vontade divina, mas como consequências de um desenvolvimento social, econômico e político era o primeiro passo. E, se assim o são, então, esses acontecimentos sociais poderiam ser tratados como coisas, objetos. E foi essa uma das primeiras regras a serem traçadas por Durkheim. Tratando os acontecimentos sociais como coisas, torna-se mais fácil poder estudá-las. Esses fenômenos foram denominados por Durkheim como *atos sociais*, ou numa melhor tradução do francês *fait social*, “feitos sociais”. O que são feitos sociais? Segundo Durkheim:

[os fatos sociais] **consistem em maneiras de agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele.** Por conseguinte, eles não poderiam se confundir com os fenômenos orgânicos, já que consistem em representações e em ações; e nem com os fenômenos psíquicos, os quais têm a existência na consequência individual e através dela. Esses fatos constituem, portanto, uma espécie nova, e é eles que deve ser dada e reservada a **qualificação de sociais**. Essa qualificação lhes convém; pois é claro que, não tendo o indivíduo por substrato, eles não podem ter outro senão a sociedade, seja a sociedade política em seu conjunto, seja um dos grupos parciais que ela encerra. (DURKHEIM, Émile, 1999, p. 3-4, negrito nosso).

Segundo Durkheim (1999), os fatos sociais são dotados de três características: generalização, exterioridade e coerção. A generalização significa o âmbito geral e coletivo dos feitos, isto é, eles se repetem entre todos ou na maioria dos indivíduos. Isso significa que os fatos sociais possuem uma natureza coletiva. O caráter exterior dos fatos sociais significa que eles ocorrem e atuam independente da vontade ou da adesão individual. E, os fatos possuem um caráter coercitivo porque os indivíduos se veem constrangidos a seguir as normas e comportamentos estabelecidos pelos grupos sociais de pertença.

Pensar sociologicamente não é, portanto, pensar partidariamente. Ao contrário, é estabelecer explicações sobre diversos fenômenos sociais, não é *agir* sobre a sociedade; é fornecer explicações sobre ela, é dar ferramentas para que outras pessoas possam atuar sobre esses problemas sociais. Nesse sentido, a sociologia se distancia da *práxis* da política institucional, porque não tem como objetivo atuar na modificação da mesma, estabelecendo conjuntos de ações políticas que visem à mudança social. Ao contrário, ela – por mais que possa apontar para os conjuntos de ações mais eficazes – não busca a ação política para si. Ela apenas informa os problemas, suas possíveis causas e consequências. Isso não significa que a sociologia não pense ou respire a política. Ao contrário, adotando a postura de que todas as relações sociais são relações políticas, a sociologia, enquanto uma ação, também é política. O que ocorre nesta separação, como proposta por Weber (2011) é que a atuação do indivíduo sociólogo diverge da atuação política desse mesmo indivíduo quando não praticante da sociologia.

ENTRE TEORIAS E FATOS: as representações sociais

Como dissertado nas seções anteriores, a sociologia é uma forma de conhecimento científico que possui um modo específico de análise e interpretação das sociedades humanas. Ela se dota de diversos métodos de análise, que pressupõem formas de elaboração do conhecimento sobre como a sociedade é. Nesse sentido, cada aspecto analítico, parte de diferentes ontologias. Segundo o sociólogo e metodólogo Charles Ragin (1994), a pesquisa social consiste em **construir representações da vida social** a partir de ideias (teorias) e evidências (fatos). Isso significa dizer que o grande objetivo das ciências sociais é construir representações da sociedade, e não teorias abstratas sobre como ela deveria ser. Não adentraremos nesse aspecto aqui. Contudo, apresentaremos os três principais métodos analíticos da sociologia clássica: o método comparativo, o método compreensivo e o método histórico e dialético.

O **método comparativo** é uma adaptação do método experimental das ciências biológicas. Durkheim, em *as regras do método sociológico*, ilustra em pormenores no que consiste e como utilizá-lo. Em linhas gerais, este método consiste em estabelecer conexões

causais a partir de controles de variáveis (objetos em observação na análise), como ocorrem nas experimentações laboratoriais. Nesse sentido, busca-se estabelecer níveis de dependência entre dois ou mais fenômenos.

Um dos problemas desse método é estabelecer certas comparações desconsiderando nuances que diferenciam instituições similares de sociedades distintas. Por exemplo, a utilização do método comparativo para observar e analisar o sistema judicial inglês com o sistema brasileiro pode ser um grande equívoco, se não considerado que a forma de organização do poder judiciário em cada um desses países é fruto de dois sistemas de organização completamente diversos – e que isso é causa primária que explica como cada um deles se desenvolveu e opera até os dias recentes. Por isso, o método comparativo tende a gerar bons frutos quando utilizado para comparações detalhadas, em níveis mais restritos e com todas as ressalvas possíveis para as questões históricas que envolvem certos objetos de estudo. É importante ressaltar que este método é fruto de uma abordagem funcionalista. Isso significa entender que todas as práticas sociais – inclusive as instituições e grupos – possuem funções na sociedade.

Nesse sentido, cada instituição, grupo, atua como uma espécie de organismo vivo da sociedade. E que, portanto, é tarefa do sociólogo funcionalista procurar entender seus fenômenos para corrigir determinados problemas (disfunções) nesse organismo social. Fica evidente a influência da biologia na obra dessa corrente. De qualquer modo – e independente das críticas que possamos fazer a esta abordagem –, é importante ressaltar a contribuição dela para o desenvolvimento da antropologia funcionalista, como a realizada por Malinowski – desenvolvendo uma nova forma de descrição detalhada das sociedades humanas: a etnografia. É importante frisar que o método comparativo não caiu em desuso pelas ciências sociais. Ao contrário, ela ainda é uma ferramenta importante para análise. Contudo, a forma como é empregada e os níveis de comparabilidade em que atua são diferentes daqueles propostos por seu criador. A adequação do método para afastá-lo de discursos de patológicos, e a compreensão de que as funções das instituições não são evidentes foram essenciais para o desenvolvimento e adequação deste método.

O **método compreensivo** surgiu na obra *Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva*, de Max Weber (publicada em 1922, *post mortem*). Weber se

recusa a limitar a sociologia para uma ciência dos “fatos sociais”. Para ele, ela é mais que isso. O que ele entende por sociologia é “uma ciência cujo objetivo é compreender pela interpretação da atividade social, para em seguida explicar causalmente o desenvolvimento e os efeitos dessa atividade” (WEBER *apud* FREUND, 1970, p. 73). Em linhas gerais, a sociologia compreensiva busca entender o modo como os atores sociais dão sentido para suas ações.

Para essa corrente, o fenômeno social é específico e, por isso, seu estudo exige uma metodologia própria – distinta das ciências naturais, como vimos empregada no método comparativo funcionalista. Isso, porque os métodos biológicos explicam fenômenos naturais, que são caracterizados por certa regularidade. A sociedade humana não é única e não possui tal regularidade; os processos de desenvolvimento são históricos. A cultura não é regular e nem unívoca. Ao contrário, ela está em constante transformação. Assim sendo, a compreensão sociológica da sociedade deve considerar tais mudanças; sua observação, por consequência, tem como objetivo analisar os sentidos dados à vida e às ações que a movem em seus mais diversos aspectos e culturas. Em resumo, a sociologia compreensiva pode sim observar questões sociais em larga escala. Contudo, com o devido cuidado, evitando generalizações comparativas entre objetos diferenciados. Em soma, ela não descarta o método histórico. Ao contrário, ele é partícipe da construção metodológica. Só é possível observar os sentidos das ações sociais considerando-as dentro de um eixo temporal e cultural específico. Um exemplo desse método desenvolvido por Weber (2009) é sua pesquisa *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo* (1905).

Nela, ele emprega seu método e sua tipificação da sociedade em *tipos ideias* (conjunto de conceitos rigorosos e específicos para fins de pesquisa, pois possuem um viés temporal, segundo o elemento da observação). A partir da observação da ascensão protestante observada no contexto de desenvolvimento dos Estados Unidos da América, Weber (2004) afirma que o *ethos* da vida protestante contribuiu para a racionalização da vida e para a formação de um “espírito” (uma lógica) capitalista que vigora até os dias atuais. Em resumo, certas éticas religiosas de cunho protestante (como calvinista, metodistas, batistas) contribuíram para a formação de um modelo racionalizado de funcionamento do sistema capitalista. Isso não significa que sem essa ética o capitalismo

não haveria se desenvolvido nas sociedades modernas. Não é isso que trata Weber. Ele apenas teria outra forma, talvez menos competitiva. Não é nosso intento entrar nesta obra aqui. O primordial para nossa discussão é entender como este método conseguiu observar em um fenômeno global um aspecto elementar no seu caso particular de maior sucesso: o capitalismo estadunidense.

Iremos realizar a discussão sobre o **método histórico** em três movimentos. No primeiro, trataremos do método histórico específico (sociologia histórica). No segundo movimento, analisaremos o método histórico que se soma com o método dialético (método do materialismo histórico e dialético), em pormenores, a abordagem de Karl Marx. Não iremos dissertar sobre o terceiro movimento, dado que falemos dele quando discutimos o método compreensivo. Em resumo, podemos dizer que esta abordagem histórica weberiana influenciou os trabalhos de C. Wright Mills e de Raymond Aron.

O método histórico, ou para melhor diferenciarmos, a **sociologia histórica**, tem duas abordagens principais, conforme supracitamos. Em relação a mais geral, ela é uma influência direta da Filosofia da História e da lógica de evolução biológica. De maneira geral, o elemento evolucionista presente nesta abordagem está expresso em dois sentidos. O primeiro é aquele que entende que o caráter evolucionista da história é apenas uma forma de descrição e interpretação histórica – de certo modo simplista. Evidente que, por tratar de uma ciência que se preocupa com o desenvolvimento humano, nos problemas sociais relativos da industrialização e no desenvolvimento econômico, é evidente que há certa preocupação na Sociologia com o fenômeno histórico, de modo a se reconhecer diversos pontos de partida e formas de desenvolvimento que podem ocasionar em resultados diversos (GINSBERG, 1957). Nesse sentido, é louvável o uso da noção biológica de evolução social com cautela. E, é sobre essa cautela que já apontava Herbert Spencer (1872; 1889) que o caráter de evolucionismo social (ou cultural) poderia transformar o pensamento e pesquisa em um elemento dogmático.

A crítica de Spencer é certa para obras como de Karl Marx, onde a noção de desenvolvimento histórico é atrelada a ideia de evolucionismo cultural. Há uma visão nas obras de Marx e Engels de que a evolução da sociedade dá de modo linear dentro do eixo histórico, havendo, portanto, sociedades mais desenvolvidas e outras primitivas.

Nesse sentido, o desenvolvimento histórico-dialético promove sempre um caminho a trilhar por todas as sociedades rumo a uma sociedade ideal e unívoca: a sociedade unificada pelo trabalho, uma sociedade global e comunista. Assim, sua obra de grande relevância sobre o capitalismo moderno, foi se transformando em uma doutrina da evolução social. Apesar da crítica ao aspecto do caráter dogmático na obra marxista, não podemos negar sua contribuição para o desenvolvimento das ciências sociais e do próprio capitalismo. De todo modo, é importante ressaltar que sua obra trata do processo histórico do desenvolvimento da vida material, i. e., a dinâmica social é determinada pelas relações de produção social; e estas se dão de modo dialético, em constantes crises e readequações, segundo o esgotamento do modelo econômico e produtivo. Nesses aspectos, o método do materialismo histórico e dialético se mostra de grande relevância inclusive para o atual contexto social.

DA CONTRIBUIÇÃO DA SOCIOLOGIA PARA A COMPREENSÃO DA(S) SOCIEDADE(S) NO SÉCULO XXI

Como observamos até aqui, a sociologia é uma ciência nova, do século XX. Suas bases e formas de análise estão em constante formulação e reciclagem, pois elas acompanham o desenvolvimento social e capitalista. Essas mudanças metodológicas, em soma com o desenvolvimento contínuo dos *insights* das ciências humanas, faz com que ainda hoje ela seja uma importante ciência para a compreensão das sociedades humanas. Com o processo de globalização e desenvolvimento tecnológico, as ciências sociais estão enfrentando novos paradigmas, ampliações e readequações metodológicas, aproximando ainda mais das linguagens matemáticas e computacionais. É muito comum a análise e acompanhamento de mídias sociais por meio de *machine learning*, *data mining*, da captação de dados massivos (*big data*) e pela utilização de softwares com linguagens computacionais, como “R” ou “Python”, etc. Essa aproximação, no entanto, não descarta suas especificidades metodológicas, como as que ilustramos na seção anterior. Ao contrário, as ciências sociais utilizam outros saberes para complementar seus métodos facilitar a de aproximação de alguns de seus objetos de análise.

A sua importância para a interpretação das sociedades no século XXI se mostra cada vez mais latente, pois os conflitos derivados dos processos produtivos se mostram um problema não superado. De certo modo, vemos como o desenvolvimento dos sistemas de produção e a crescente precarização da mão de obra, da relação trabalho amplia ainda mais o fosso social entre ricos e pobres, empresários e empregados, homens e mulheres, brancos e negros, etc. Evidente que esta sentença dicotômica nos auxilia didaticamente a entender alguns dos conflitos sociais mais recentes. Não podemos ignorar o fato de que as sociedades nas contemporâneas há uma vasta gama de conflitos que extrapolam essa visão simplória das relações humanas. De modo geral, observamos que as sociedades do século XXI não superaram conflitos relativos às identidades contrastivas. Que há uma enorme divisão (inclusive simbólica) entre diversos grupos sociais. As teorias sociais que problematizam e analisam aspectos de dominação simbólica e materiais nas sociedades do século XX ainda são arcabouços teóricos expressivos e com alto teor explicativo dos fenômenos recentes. O que vemos, portanto, são os mesmos dilemas em novos conflitos.

As transformações sociais estão cada vez mais rápidas em especial, aquelas tecnológicas e ligadas aos setores produtivos. As relações sociais e suas diversas formas de organização, como família, escola, trabalho, religião, também se mostram capazes de se transformarem para se adequar a este admirável mundo novo. Contudo, o que podemos perceber é que ondas conservadoras e reacionárias estão presentes retardando essas transformações. Assim, observamos sociedades altamente desenvolvidas no quesito tecnológico, cultural, mas em estado latente de anomia social. Como aponta Zygmunt Bauman (1999), vivemos numa modernidade construída em cima de valores emancipatórios que se perderam no processo histórico. As sociedades vivem em um fosso de inseguranças e incertezas sobre seu futuro esquecido de ideias de liberdade, igualdade e fraternidade. Em suma, a Sociologia se apresenta ainda hoje como uma ciência mais que necessária para elucidarmos sobre os confrontos e os desencaixes sociais e os mais diversos aspectos da vida coletiva.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BERGER, L. Peter. Invitation to sociology: a humanistic perspective. New York: The Anchor Books, 1963.

BOTTOMORE, Thomas B. Introdução à Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FREUND, Julien. A sociologia de Max Weber. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1970.

JOHNSON, Allan G. Dicionário de Sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

RAGIN, Charles. Constructing Social Research: the unity and diversity of method. Sage Publications, 1994.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introdução a uma ciência pós-moderna. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SPENCER, Herbert. Classification des sciences. Paris: Libraire Germer Baillière, 1872.

_____. Lei e causa do progresso: a utilidade do anthropomorphismo. Rio de Janeiro: Laemnent, 1889.

WEBER, Max. A ética protestante e o “espírito” do capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva. vol. 1, Brasília: Ed. UnB, 2009.

_____. Economia e Sociedade: fundamentos da Sociologia Compreensiva. vol. 2, Brasília: Ed. UnB, 2009.